



**Poder Legislativo**  
Assembleia do Estado do Amazonas

**PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº.            / 2025**  
**AUTORIA: DEPUTADA ALESSANDRA CAMPÊLO**

**DISPÕE** sobre a instituição do registro eletrônico de crimes contra a dignidade sexual por meio da Delegacia Virtual da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas e dá outras providências.

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS**  
**DECRETA:**

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Estado do Amazonas, a possibilidade de registro eletrônico de notícias-crime envolvendo infrações penais contra a dignidade sexual, nos termos previstos no Código Penal Brasileiro, por meio da Delegacia Virtual da Secretaria de Segurança Pública do Estado.

Art. 2º O canal eletrônico de registro deverá assegurar:

I – a total confidencialidade dos dados informados;

II – a preservação da identidade da vítima;

III – a acessibilidade digital a toda a população;

IV – o encaminhamento automático à Delegacia Especializada competente.

Art. 3º Recebido o registro eletrônico, a autoridade policial deverá convocar a vítima para comparecimento presencial reservado, mediante atendimento humanizado e especializado, preferencialmente por equipe de policiais do sexo feminino.

Art. 4º Nos casos de registro envolvendo crime de estupro, o sistema da Delegacia Virtual deverá gerar automaticamente, juntamente com o boletim de ocorrência, a requisição para exame de corpo de delito, devidamente assinada por autoridade policial competente, para que a vítima se dirija diretamente ao Instituto Médico Legal, sem necessidade de aguardar comparecimento presencial prévio à unidade policial.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta Lei para sua efetiva implementação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PLENÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS**, em Manaus/AM, 30 de abril de 2025.

*[ASSINADO ELETRONICAMENTE]*

**ALESSANDRA CAMPÊLO**  
**DEPUTADA ESTADUAL - PODEMOS**





**Poder Legislativo**  
Assembleia do Estado do Amazonas

### JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa instituir, no âmbito do Estado do Amazonas, o registro eletrônico de crimes contra a dignidade sexual por meio da Delegacia Virtual da Secretaria de Segurança Pública, permitindo que vítimas desses crimes possam relatar os fatos em ambiente digital seguro, sigiloso e acessível.

A iniciativa, originada de sugestão da Dra. Adriane Cristine Cabral Magalhães, advogada e ativista dos direitos das mulheres, tem como principal objetivo reduzir barreiras de acesso à denúncia, garantindo às vítimas, majoritariamente mulheres, crianças e adolescentes, um canal humanizado e menos constrangedor, que minimize a revitimização e preserve sua dignidade.

Atualmente, a Delegacia Virtual do Estado já permite o registro digital de diversas ocorrências, como furto, desaparecimento, perda de documentos e ameaça. Contudo, crimes de natureza sexual ainda exigem, na maioria das vezes, o comparecimento presencial imediato da vítima a uma unidade policial — o que representa um entrave, especialmente para quem vive em comunidades ribeirinhas, áreas indígenas, rurais ou de difícil acesso.

A proposta está em consonância com os princípios da Constituição Federal (art. 5.º, incisos I, X e LXXVIII), que asseguram a dignidade da pessoa humana, a intimidade e o acesso célere à Justiça, bem como com o art. 144, § 4.º, que atribui aos Estados a organização de sua Polícia Civil.

Do ponto de vista da competência legislativa, o projeto encontra amparo no art. 24, incisos I e IX da Constituição Federal, que estabelecem a competência concorrente para legislar sobre direito penal, proteção e defesa da saúde, e procedimentos em matéria de segurança pública, respeitada a competência privativa da União para legislar sobre direito processual penal.

Adicionalmente, a proposta atende às diretrizes da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), da Lei nº 13.431/2017 (Lei da Escuta Protegida), e aos compromissos assumidos pelo Brasil no plano internacional, especialmente a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher — Convenção de Belém do Pará, ratificada pelo Brasil por meio do Decreto nº 1.973/1996.

O registro eletrônico, além de respeitar a autonomia da vítima sobre o tempo e o modo de relatar os fatos, também amplia o alcance da política pública de segurança, facilita o início célere da persecução penal e contribui para a redução da subnotificação — uma das principais causas da impunidade em crimes sexuais. É importante destacar que a proposta não implica aumento significativo de despesa pública, uma vez que utiliza a estrutura digital já existente da Delegacia Virtual, sendo necessária apenas a criação de uma nova aba e a adaptação de fluxo interno de atendimento pela Polícia Civil.

Portanto, trata-se de uma medida de baixo custo, alta efetividade e relevante impacto social, alinhada aos princípios constitucionais, às normas infraconstitucionais e às diretrizes internacionais de proteção às vítimas de violência sexual.

Diante do exposto, solicita-se o apoio das Senhoras e Senhores Deputados e Deputadas para aprovação da presente iniciativa, que representa um passo concreto na direção de uma Justiça mais acessível, humana e protetiva para todas e todos os amazonenses, reconhecendo e valorizando, ainda, a colaboração da sociedade civil organizada na construção de políticas públicas inovadoras e essenciais.

**PLENÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS**, em Manaus/AM, 30 de abril de 2025.

[ASSINADO ELETRONICAMENTE]

**ALESSANDRA CAMPÊLO**  
**DEPUTADA ESTADUAL - PODEMOS**



Documento 2025.10000.00000.9.017914  
Data 05/05/2025



**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

**TRAMITAÇÃO**  
**Documento Nº 2025.10000.00000.9.017914**

**Origem**

---

**Unidade:** SECRETARIA GERAL  
**Enviado por:** ALESSANDRA CAMPELO DA SILVA  
**Data:** 05/05/2025

**Destino**

---

**Unidade:** DIRETORIA DE APOIO LEGISLATIVO  
**Aos cuidados de:** ROGERIO OLIVEIRA DA SILVA

**Despacho**

---

**Motivo:** ANÁLISE E PROVIDENCIAS  
**Despacho:** ANÁLISE E PROVIDÊNCIAS